



A COMUNIDADE COMO PERSPECTIVA DE RETERRITORIALIZAÇÃO

Albio Fabian Melchiorretto ¹

Resumo

Objetivo: apontar as consequências do crescimento urbano sobre o território rural diante do quadro de mudanças climáticas.

Metodologia: ensaio teórico de abordagem sistêmica, apresentando, como base, as leituras geofilosóficas de Gilles Deleuze e Félix Guattari, através do método da cartografia social. O ensaio dialoga como crescimento urbano, com o processo de urbanização e a supressão da rizicultura que está ocorrendo no município de Massaranduba, Santa Catarina.

Originalidade/Relevância: é realizada uma reflexão teórica que contribui para analisar o movimento de expansão urbana, que a partir do caso de Massaranduba torna-se um instrumento de análise para qualquer outra instância.

Resultados: em um cenário pessimista, a ocupação sem planejamento urbano adequado ocasionará inúmeros problemas, como a concentração populacional; a transformação sistêmica no espaço rural, e diante do quadro de mudanças climáticas, a potencialização de desastres. Como caminho de transformação, num cenário mais otimista, aponta-se a necessidade da mobilização de políticas públicas de participação popular como itinerário.

Contribuições sociais / para a gestão: como caminho de transformação, num cenário mais otimista, aponta-se a necessidade da mobilização de políticas públicas de participação popular.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional. Sustentabilidade. Políticas Públicas.

Cite as - American Psychological Association (APA)

Melchiorretto, A. F. (Special Edition, 2023). A comunidade como perspectiva de reterritorialização. *J. Environ. Manag. & Sust.*, 12(2), 1-19, e23752.
<https://doi.org/10.5585/2023.23752>

Special Edition Guest Editors - Mudanças climáticas e planejamento urbano: cenários e desafios

Editores convidados:

Profa. Dra. Tatiana Tucunduva Philippi Cortese
Prof. Dr. Juarês José Aumond
Profa. Dra. Débora Sotto

¹ Faculdade Senac Blumenau / Blumenau (SC) – Brazil. Ph.D. in Regional Development from the Graduate Program in Regional Development, Regional University of Blumenau (2023); Master's in Education from the Regional University of Blumenau (2016), with a postgraduate "lato senso" in Media and Education (Federal University of Rio Grande, 2012); Philosophy (Regional University of Blumenau, 2010) and School Management (SENAC Florianópolis, 2007); graduated in Philosophy from the University Center of Brusque (2006) and Geography from Cruzeiro do Sul University, 2023. Currently, a research professor affiliated with Faculdade SENAC Blumenau and the lead researcher of the ELO Group (Research Group at Faculdade SENAC Blumenau). albio.melchiorretto@gmail.com





THE COMMUNITY AS A PERSPECTIVE OF RETERRITORIALIZATION

Abstract

Objective: to point out the consequences of urban growth on rural territory in the face of climate change.

Methodology: theoretical essay with a systemic approach, presenting, as a basis, the geophilosophical readings of Gilles Deleuze and Félix Guattari, through the method of social cartography. The essay dialogues with urban growth, with the urbanization process and the suppression of rice cultivation that is taking place in the town of Massaranduba, Santa Catarina.

Originality/Relevance: a theoretical reflection is carried out that contributes to the analysis of the urban expansion movement, which, based on the case of Massaranduba, becomes an analysis tool for any other instance.

Results: in a pessimistic scenario, occupation without adequate urban planning will cause numerous problems, such as population concentration; the systemic transformation in rural areas, and in the face of climate change, the potential for disasters. As a path of transformation in a more optimistic scenario, the need to mobilize public policies of popular participation is pointed out as an itinerary.

Social / management contributions: as a way of transformation, in a more optimistic scenario, the need to mobilize public policies of popular participation is pointed out.

Keywords: Regional Development. Sustainability. Public policy.

LA COMUNIDAD COMO PERSPECTIVA DE RETERRITORIALIZACIÓN

Resumen

Objetivo: señalar las consecuencias del crecimiento urbano en el territorio rural frente al cambio climático.

Metodología: ensayo teórico con enfoque sistémico, presentando como base las lecturas geofilosóficas de Gilles Deleuze y Félix Guattari, a través del método de la cartografía social. El ensayo dialoga con el crecimiento urbano, con el proceso de urbanización y la supresión del cultivo de arroz que está ocurriendo en el municipio de Massaranduba, Santa Catarina.

Originalidad/Relevancia: se realiza una reflexión teórica que contribuye al análisis del movimiento de expansión urbana que, a partir del caso de Massaranduba, se convierte en herramienta de análisis para cualquier otra instancia.

Resultados: en un escenario pesimista, la ocupación sin una adecuada planificación urbanística provocará numerosos problemas, como la concentración de la población; la transformación sistémica en las zonas rurales, y ante el cambio climático, el potencial de desastres. Como camino de transformación en un escenario más optimista, se señala como itinerario la necesidad de movilizar políticas públicas de participación popular.

Aportes sociales/de gestión: Como vía de transformación, en un escenario más optimista, se señala la necesidad de movilizar políticas públicas de participación popular.

Palabras clave: Desarrollo Regional. Sustentabilidad. Políticas públicas.



Introdução

O tratamento das questões em torno do território acontece na multiplicidade dos eventos. Os processos de globalização influenciam as agendas decisórias nas mais diferentes escalas. O território nunca é apenas uma coisa, há diversas forças que atuam nas mais diferentes direções, e retroalimentam as condições que o formam. Então, neste texto considera-se na multiplicidade os espaços físicos e a produção social.

O conceito de multiplicidade, no texto, remete-se a filosofia de Deleuze & Guattari (2011), pois, afirmam que a multiplicidade é composta de dimensões que se englobam umas às outras. Cada dimensão recaptura todas as outras em outro grau, segundo uma lista aberta, que pode ser acrescida de novas dimensões. A ideia da multiplicidade é contrária a perspectiva do Uno. Em vez de pensar o mundo por viés único, o pensamento deleuzo-guattariano considera-se a ramificação das possibilidades.

No contexto da multiplicidade é que o território existe, conforme apontado por Deleuze & Guattari (2011). A ramificação dos acontecimentos permite o reconhecimento de forças múltiplas que atuam sobre o território. A filosofia deleuzo-guattariana considera a matéria do território e a virtualidade (no sentido daquilo que o território pode vir a se tornar) na sua composição, superando explicações demasiadamente enrijecidas e hierárquicas. A multiplicidade é a apresentação de diversos caminhos, como a sustentabilidade e a responsabilidade social, que se apresentam como sugestões na intenção de se construir espaços mais “seguros”.

Assim como o território, também o desenvolvimento regional atua no campo da multiplicidade. No passado ele esteve ligado a ideia de superação de desigualdades regionais e com o passar do tempo tornou-se um instrumento para análise de características de microrregiões, passando a uma abordagem amplificada (Randolph, 2013). O desafio que se propõe neste texto é uma abordagem em escala local, com intenção de articulá-la globalmente.

Outro aspecto importante para se abordar é a questão da mudança climática. O clima, ao longo da história, evidenciou diversas fases de transformações. São muitas as escalas temporais influenciadas pelo clima ao longo da história planetária. As mudanças climáticas acontecem em macroescala, mostrando que a Mãe Terra já passou por tempos de esfriamento e aquecimento, como Pinsky et al. (2019) apontaram.

Não existe aqui a intenção de naturalizar as transformações do clima no tempo presente. Dados dão conta que a ação humana, após as primeiras fases da revolução industrial, acelerou o processo de transformação climática (IPCC, 2022). É no campo de intensificação dos processos que este estudo abordará as consequências de desastres de ordem climática, que, na verdade, são variabilidades climáticas, tratadas em escala menor de



tempo, como Juarês e Silva (2018) descrevem.

O uso de uma escala de tempo menor não implica em negar os processos de transformação. Segundo o *Climate Change 2022*, a humanidade, enfrentará, a curto prazo, distúrbios nos meios de subsistência; insegurança alimentar; elevação no nível do mar e inundações de áreas costeiras; colapso em infraestruturas e a perda da biodiversidade como problemas a enfrentar se o modo de viver da humanidade não sofrer alterações. A reflexão gira em torno de uma proposição, um tanto utópica, da necessidade de se pensar o tempo presente como um espaço de mudanças. Estes temas são de importância, porém, este arquivo focará numa realidade de transformação a partir dos colapsos de infraestruturas.

Mobilizado por estes conceitos, objetiva-se apontar as consequências do crescimento urbano e do processo de urbanização, sobre o território rural, diante do quadro de mudanças climáticas. Para tal, duas condições são observadas, a primeira reconhece que o território urbano está em expansão, e que, a partir do êxodo rural, o ritmo de crescimento parece ser mais intenso que as agendas de transformação espacial gerenciadas por políticas públicas. Segunda condição, vive-se um quadro de mudanças climáticas agravadas pelo comportamento humano, assim como apontou o IPCC (2022). Ambas as condições são imbricadas.

Para desenvolver o objetivo, propõe-se um caminho dialógico entre a geofilosofia (Deleuze & Guattari, 2010) e o desenvolvimento regional. O caminho apresentará como resultado uma cartografia social (Deleuze & Guattari, 2011), apontando, diante dos problemas, encaminhamentos, ou soluções, a partir da análise do caso de reterritorialização vivenciado em Massaranduba, Santa Catarina. Os conceitos de geofilosofia, desenvolvimento regional e cartografia social serão apresentados na sequência do texto, como também o contexto e a motivação da escolha de uma pequena cidade, com aproximadamente 20 mil habitantes, localizadas no norte de Santa Catarina como estudo.

As condições teóricas que envolvem a metodologia escolhida para esta abordagem serão apresentadas na seção seguinte. De antemão adianta-se que a geofilosofia e a cartografia social são abordados a partir de suas amarras. Os conceitos, na lógica inovadora de Deleuze & Guattari são abordagens rizomáticas que estabelecem conexões entre si, e com os demais conceitos abordados aqui. Por esta razão, apenas são anunciados agora, e abordados na seção seguinte.

O artigo será dividido em outras quatro seções, além desta introdutória. Na seguinte serão apresentados os fundamentos teóricos e metodológicos, na sequência, o território da pesquisa. Com estes elementos apontar-se-á, na quarta seção, a geofilosofia da reterritorialização com os problemas e as consequências da ocupação irregular do solo em áreas urbanas diante do quadro de mudanças climáticas. Por fim, nas considerações finais, onde se visualizará recomendações de ações.



Fundamentação teórica

Esta seção abordará os conceitos relevantes para a discussão e está dividida em seis aberturas. Cada uma delas apontará conceitos estruturantes para a reflexão que se objetiva e estão divididos em dois grupos. No primeiro grupo encontram-se os conceitos de território; geofilosofia e cartografia social. No segundo grupo são conceitos atravessados de implicações, que se cruzam, como a hinterlândia como um espaço de disputa, e, a gestão pública sobre o urbano diante do quadro de mudanças climáticas e como o desenvolvimento regional se ocupa destes temas. Abordar-se-á, didaticamente, cada um deles separadamente, porém, na reflexão são sistêmicos.

O primeiro conceito é o de território. A noção de território passou por diferentes acepções ao longo do tempo conforme Saquet (2008) nos lembra. Nos anos da década de 1960, por exemplo, foi usado para evidenciar as contradições sociais, as lutas e classes e as formas histórias de mudanças estruturais do mundo pós-guerra. A partir dos anos de 1970, e com ênfase na década seguinte foi compreendido a partir de uma perspectiva geo-histórica, enfatizando a noção de espaço relativo.

Aqui se utilizará outra perspectiva de território. Com Saquet (2008) pensar-se-á o território, numa aproximação com Deleuze & Guattari (2011). O território é da natureza do rizoma. Para chegar a esta afirmação, parte-se de Saquet (2008, p. 77), que afirma, “o território é uma construção coletiva e multidimensional com múltiplas territorialidades”. É aquilo que se apresenta e as condições que o atravessam. Um produto de tramas que considera três grandes elementos, a multidimensionalidade; as ações relacionais dos diversos atores que compõe o espaço e as construções processuais dadas a partir destes atores.

Afirma-se que o território é da natureza do rizoma porque ele compreende, segundo Deleuze & Guattari (2011), os seis princípios aproximativos do rizoma, que são, a conexão, a heterogeneidade; a multiplicidade; as rupturas assignificantes; a decalcomania e por fim, a cartografia. O território é um composto de transversalidade que se opõe a visões reducionistas, ele não é do Uno, mas das muitas coisas que são, ou que podem vir a se tornar. Não é uma raiz pivotante, mas sim, rizomática, tal qual a raiz de uma bananeira. O território é um campo de muitos acontecimentos, como já dito, ou de inúmeras tramas.

A segunda abertura é o conceito de geofilosofia. Como já é evidente no próprio termo, apresenta-se um olhar dialógico entre a geografia e a filosofia, neste caso o elemento comum para o diálogo é o conceito do território. De acordo com Deleuze & Guattari (2010) a geofilosofia é da terra e do pensamento. Da terra pela relação com o território, e do pensamento porque as relações de poder fluem criando e recriando conceitos. Não se trata apenas de uma análise do espaço, enquanto categoria geográfica, mas de campos que atravessam o território e do pensamento, considerando a multiplicidade do movimento. É



próximo daquilo que Saquet (2008) chama de movimento TDR (território – desterritorialização – reterritorialização).

A geofilosofia é um campo intenso de relações de caráter multidimensional. Ela, de acordo com Deleuze & Guattari (2010), considera que a conexão entre a terra e o território converge para emergência de uma imanência. A geofilosofia preocupa-se com um meio de encontros e afetos, desvelando o território como um campo de experimentações. Por isso afirma-se que ela é do plano do pensamento porque, didaticamente, tenta “organizar” a multiplicidade, a partir dos afetos oriundos das experimentações.

A reflexão deleuzo-guattariana em torno da geofilosofia parte das reflexões apresentadas por Nietzsche, na medida que apresenta uma ruptura dogmática, como a ideia de olhar o território apenas como uma categoria da geografia. Cabe lembrar que aqui, o uso do termo categoria difere da acepção aristotélica de categoria. O filósofo grego a usa como conceito geral que exprime as diversas relações estabelecidas entre ideias e fatos. Enquanto a geografia é utilizada como a apresentação de um conceito basilar.

O terceiro conceito está relacionado ao método da pesquisa, a cartografia social, que é pensada a partir de Deleuze & Guattari (2011). A cartografia acompanha processos através de vetores, que são chamados pelos autores de rizomas. Uma pesquisa cartográfica deleuzo-guattariana não é uma ação meramente descritiva, mas propõe uma intervenção de natureza de co-produção entre o pesquisador e o objeto pesquisado. Significa afirmar que é uma ação de pertencimento, onde o pesquisador e a pesquisa se transformam mutuamente. De acordo com Deleuze & Guattari (2011) “a cartografia acontece com afetos” e não pode ser justificada por nenhum modelo estrutural.

Zourabichvili (2009) classifica o método deleuzo-guattariana como um anti-método, ou *amétodo*. Uma cartografia, neste sentido, que foge da apresentação formal, ou tradicional, do termo, possibilita a construção de uma crítica aos modelos binários consolidados de se abordar o mundo. Pode-se classificar como *amétodo* porque põe em xeque a burocracia puritana da academia, e pensa o mapa como representação do pensamento, e não como decalque. Um mapa é a possibilidade de muitas entradas e pode ser acessado por inúmeros pontos. Uma cartografia nasce da multiplicidade para pensar o território através movimento TDR – um movimento que não cessa de acontecer.

A ação da cartografia dar-se-á numa construção relacional entre as múltiplas forças que atravessam, tanto o pesquisador, quanto o objeto pesquisado. Provoca uma íntima relação com o território, perguntando-se sobre as relações sociais que o constituem. Ao perguntar-se, desvelam-se as linhas de intencionalidade que agem sobre o território e tudo que ali-está. No caso desta pesquisa, a cartografia social denunciará as intencionalidades e as relações de poder que atuam sobre o crescimento urbano e o processo de urbanização e a supressão da rizicultura que está ocorrendo em Massaranduba. Com a denúncia segue



possíveis encaminhamentos.

A cartografia social procura mapear os processos de transformação e multiplicidade que ocorrem em espaços sociais. Ela se concentra nas interações entre diferentes elementos, como pessoas, instituições, práticas culturais e políticas, e busca revelar as relações de poder e os fluxos de desejo que operam nesses espaços. Para dar conta destas condições, as referências escolhidas promovem um diálogo multidisciplinar com o tema. As coisas são aquilo que ali estão, ao mesmo tempo, são tantas outras também. Referenciais que dizem o que são, e, ao mesmo tempo, apresentam tantas outras coisas também.

Apresentando os conceitos estruturais, abre-se para outras três questões. A primeira delas consiste em pensar a hinterlândia como um espaço de disputa. Esta relação dar-se-á a partir de Brenner (2017), que apresenta a *hinterland* como um espaço entre o urbano e o rural. Ele não considera apenas como lugar de transição, mas é um conjunto que comporta múltiplas relações. É o espaço de forças, ora rural, ora urbana, que se inter cruzam, produzindo uma terra, que ainda não é urbana, mas já deixou de ser rural. Um campo de constante reterritorializações, ou de disputa, dada a lógica TDR. A hinterlândia é o território de muitas coisas, mas não é cópia, é sim uma região insuspeita que leva aquela terra a outras facetas.

A história do Planeta Terra é um itinerário de transformações ambientais e territoriais. Autores como Aumond & Silva (2018) lembram que o processo de transformação climática são consequências de processos naturais e que sempre ocorreram no passado geológico. O que vivenciamos, no tempo presente, é um conjunto de transformações e impactos impulsionados por alterações provocadas pelo ser humano, de maneira intensa, a partir da revolução industrial. É um tempo em que a ação humana afeta o planeta com intensidade jamais vista. Este quadro traz como consequência o agravamento de impactos ambientais com eventos de grande intensidade.

De acordo com Aumond & Silva (2018), por exemplo, um dos problemas que se vivencia no Estado Santa Catarina são eventos de grande impacto. Ao tomar o desastre ambiental ocorrido no Vale do Itajaí em 2008, como exemplo, encontram-se situações opostas dentro do estado. Enquanto as cidades do Vale do Itajaí registravam volumes pluviométricos intensos e deslocamentos de massas, que produziram uma centena de mortos, como consequência, a uma distância de quatrocentos quilômetros, cidades da Região Oeste Catarinenses registravam a perda da safra por longa estiagem, e muitas delas racionavam o abastecimento de água potável. De um lado, inundações e movimentos de massa, em outro a ausência da chuva. Os autores exemplificaram 2008, mas esta cena repetiu-se nas chuvas do litoral catarinense em 2022 e seca no Planalto Norte e Grande Oeste.

O contexto de mudanças climáticas implica, para a gestão pública, a necessidade do desenvolvimento de políticas de cuidado. Aumond & Silva (2018) apontam que diante do processo caótico de ocupação, e da supressão da cobertura vegetal, caberia a gestão pública



estabelecer políticas mais eficientes para redução das consequências dos desastres. A ocupação humana transformou, não apenas em Santa Catarina, a paisagem natural em paisagem cultural. Dentro dessa possibilidade, seria uma saída aceitável, a mobilização de ações de cooperação entre os atores sociais envolvidos, formando um território mais responsável.

A última abertura conceitual tratará do desenvolvimento regional e como ele se ocupa com os temas disciplinares apontados até aqui. O desenvolvimento regional, enquanto disciplina, é um exercício reflexivo sobre a complexidade regional. Por isso ele não se encerra com temática única, mas está aberto a multiplicidade dos eventos. Poder-se-ia reduzir a temática a duas ideias, primeira, a ideia de desenvolvimento e depois a ideia de regional, mas isso não esgotaria o debate em torno da abertura conceitual que se propõe. É isto, mas são tantas outras coisas.

Ao pensar o desenvolvimento regional, pensa-se a região em diálogos com a multiplicidade de forças que atravessam o espaço. O desenvolvimento é tomado com uma prerrogativa para além da ideia reducionista de crescimento econômico. Representa isto também, mas é o conjunto de outras coisas, porque constitui uma tentativa de explicar os fenômenos que compõe um território, e como eles se relacionam socialmente. O desenvolvimento regional é um campo relacional de atuação das multiplicidades, formando tantas conexões quanto são necessárias para explicar a realidade circundante.

Os conceitos estruturantes, até aqui apontados, estarão conectados com a reflexão que se propõe, para pensar como crescimento urbano, e a supressão da rizicultura, estão ocorrendo em Massaranduba, Santa Catarina, e como estas, por sua vez, transformam o espaço. O movimento TDR permitirá uma abordagem sistêmica, considerando diferentes problemas e encaminhamentos.

O território da pesquisa

O território da pesquisa é o município de Massaranduba, Santa Catarina. Na seção que segue, pretende-se apresentar a formação histórica do território e algumas condições geográficas do tempo presente. Antes disso, foi escolhida Massaranduba para a pesquisa, porque esta reflexão está ligada a uma pesquisa maior, que objetiva investigar de que forma o crescimento urbano reterritorializa o rural, transformando-o em um novo espaço. A pesquisa primeira está ligada a um programa de pós-graduação em desenvolvimento regional.

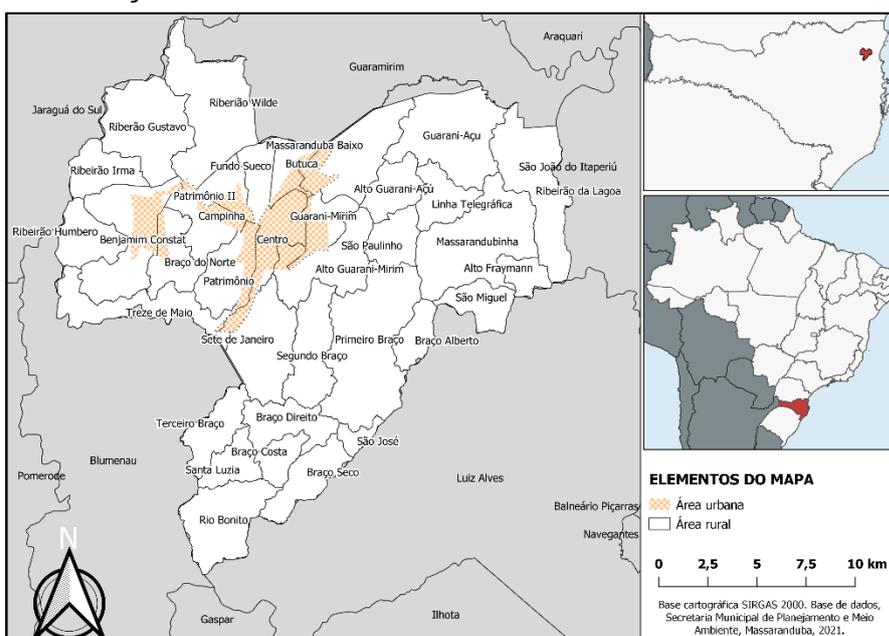
A condição de reterritorialização de Massaranduba não é condição única pela escolha. As condições de reterritorialização que ocorrem no município se repetem em outros territórios. A partir da intensificação do movimento de êxodo rural no Brasil, houve uma transformação, não apenas na habitação, mas também de modos de vida, tanto no urbano, quanto no rural.

Entretanto, os grandes municípios sofreram uma reterritorialização espacial em tempo diferente dos municípios de menor porte. Para justificar a escolha de Massaranduba, afirma-se que o estudo de fenômenos de reterritorialização, em escala menor, permitiria, em tese, oferecer soluções sistêmicas para os problemas que já acontecem em escala maior.

Massaranduba é uma cidade localizada no Vale do Itapocu, região norte do Estado de Santa Catarina. Atualmente conta com uma população aproximada de 17 mil habitantes, onde, conforme o IBGE (2017), projetam-se 51% dos habitantes no espaço urbano, e outros 49% no rural. A população urbana intensificou-se na última década. A transformação populacional também marcou, e ainda marca, uma transformação econômica, antes um município essencialmente agrícola, e atualmente, conta com 44% da economia sustentada no setor industrial, como afirma o SEBRAE (2010).

Figura 1

Localização de Massaranduba



Fonte: mapa elaborado pelos autores (2021).

A história de Massaranduba é registrada pela vinda de migrantes europeus na segunda metade do século XIX, como relatam Adami & Rosa (2004). Com a expansão, da então colônia de Blumenau ao norte, abriu-se um caminho ligando a sede da colônia, até a baía da Babitonga, em Joinville. Este caminho passava por planícies e banhados próximos a encosta da Serra do Mar, onde atualmente está o município. Uma posição entre os rios Itajaí-Açu, principal da província de Santa Catarina, e o Itapocu, mais ao norte.

Antes da chegada dos ocupantes europeus não há registros da presença de povos originários, senão alguns relatos descontraídos de colonizadores, conforme Oliveira (1997)



descreve. Por isto, há algumas dificuldades para falar da história de Massaranduba, e toma-se como ponto de partida apenas o século XIX com a ocupação europeia. Ela é marcada pela presença maior de alemães e poloneses na região das planícies, como ponto de referência a estrada Blumenau-Babitonga, enquanto a região montanhosa, ao sul das planícies, foi ocupada por italianos, que se instalaram a partir das margens do Rio Luís Alves. Esta área foi incorporada a Massaranduba quando da sua emancipação política, em 1948. Até então, ligada a municipalidade de Itajaí.

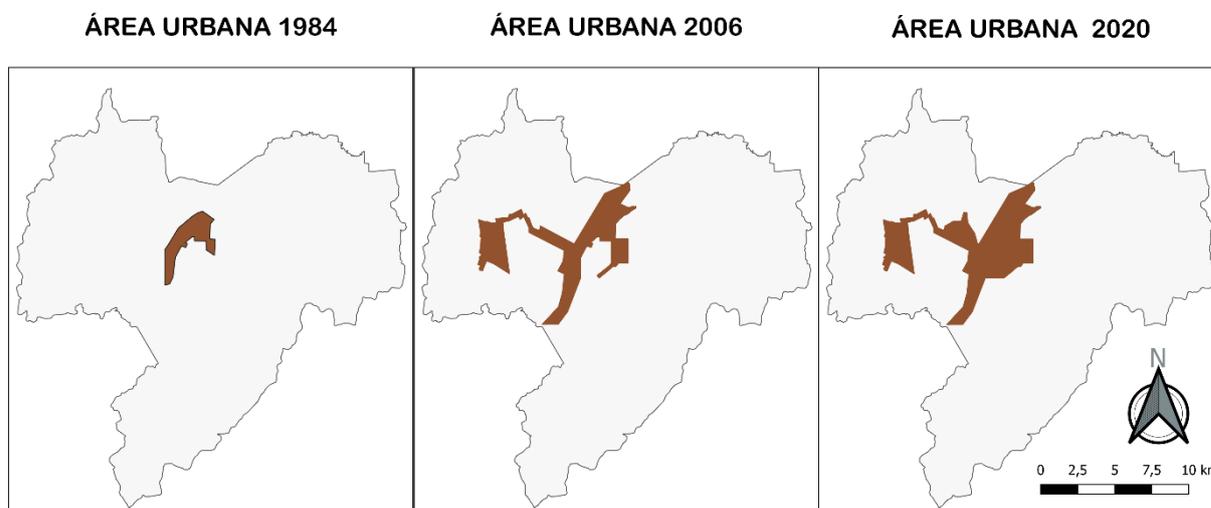
A história da ocupação mostrou que os colonizadores desenvolveram atividades agrícolas de subsistência. As planícies foram espaços para o cultivo de arroz irrigado, aproveitando-se da capacidade hídrica dos ribeirões. A região alta, de relevo acidentado, desenvolveu a cultivo da cana-de-açúcar, laticínios e derivados, mais tarde, também o cultivo do fumo e da banana.

A sede, primeiro da vila, depois do município, foi situada na planície, impulsionada pela crescente produção da rizicultura. Até os anos da década de 1980, de acordo com Adami & Rosa (2004), Massaranduba registrava a maior produção de arroz do estado, condição no qual recebeu o título de capital catarinense do arroz. Um pouco antes, no ano de 1968, um grupo, com aproximadamente cinquenta agricultores, reuniu-se na formação de uma cooperativa agrícola congregando os produtores de arroz.

A história da criação territorial de Massaranduba é essencialmente rural, dada a partir da agricultura familiar. O que se registrou nos últimos anos foi um movimento de reterritorialização, com um urbano crescente e uma expansão sobre a hinterlândia. Além do movimento de ocupação, há uma transformação no modo de vida, como Anjos (1996) destaca. O trabalhador rural deixou a agricultura para se dedicar as atividades urbanas. Porém, o foco da pesquisa consiste em perceber o nível de transformação das áreas, antes ocupadas pela rizicultura, agora em espaços de habitação.

Figura 2

Expansão da área urbana de Massaranduba



Fonte: mapa elaborado pelo autor (2022) a partir do texto do *Plano Diretor* de Massaranduba (2022).

A Figura 2 mostra como a área urbana do município cresceu a partir dos anos da década de 1980. As datas apontadas no mapa da figura são ligadas aos textos dos planos diretores do município e da necessidade de delimitar a área urbana. A expansão no urbano não é apenas uma condição espacial, como o mapa da figura demonstra, mas é uma ocupação territorial sobre áreas de rizicultura, maior densidade populacional urbana e a constituição de outros modos de vidas, como Anjos (1996) descreve.

O problema decorrente deste movimento é que o crescimento urbano não foi acompanhado de ações de planejamento. Há uma sensação, ao ler os textos dos planos diretores que a expansão acontece e depois disso, há uma preocupação em adequar-se a elas. Além, a supressão da rizicultura não é apenas a mudança de um modo de produção, para um modo de ocupação da terra. As áreas de rizicultura se estruturaram através da construção de uma teia de canais de distribuição de água pelas planícies do município, e a criação artificial de barramentos hídricos, em pontos estratégicos, para o cultivo do arroz.

O processo de ocupação habitacional, do centro para o rural, formando uma extensa hinterlândia, produz construções sobre as áreas que antes foram ocupadas por canais e pela plantação de arroz. O processo de expansão desconsidera os cursos da água e não há um planejamento urbano suficiente que discuta tais problemas, conforme se nota no texto do *Plano Diretor*, Lei Complementar n. 142 (2020). Na próxima seção abordar-se-á as condições e as consequências deste movimento.



A geofilosofia da reterritorialização: o pressuposto da comunidade

A terra, a partir do contexto de Massaranduba, conforme Adami & Rosa (2004) demonstraram, possui um sentido de identidade. O processo histórico evidenciou a ocupação da terra como subsistência. A identidade foi marcada pela construção de um espaço, onde pessoas deixaram seu continente, viajaram além-mar, assentaram noutra espaço e construíram outro modo vida, adaptado aos trópicos. É um processo de subsistência porque o modo de produzir foi fruto da terra, seja com a agricultura ou com a agropecuária em escala familiar. São raízes históricas que marcam o tempo presente.

O modo de ocupar a terra, e as consequências, diante do quadro de mudanças climáticas, não é uma ação desvencilhada da constituição histórica de Massaranduba. Ao tomar a ocupação das planícies, com o desenvolvimento da rizicultura, percebe-se que todo o processo foi omissivo diante das responsabilidades do uso de recursos naturais e da função socioambiental da terra. Reconhece-se a necessidade primeira da subsistência, e o passar dos anos não modificou o discurso de uso exploratório da terra.

A construção de espaços próprios para a rizicultura, carro chefe da produção agrária de Massaranduba, se deu na construção de uma teia de canais, utilizando a água de riachos e ribeirões para irrigar a plantação. A área plantada recebe aditivos, como adubos e agrotóxicos, e a água é devolvida ao leito do rio, com pouco, ou quase nenhum tratamento. Então, há o uso do recurso hídrico e a contaminação das águas como resultado de uma necessidade produtiva.

Elemento que evidencia um foco patrimonialista no uso e exploração da terra. Forma um conjunto, primeiro, a herança de um modo de produção exploratório e, concomitante a isto, leis ambientais permissivas. O que se defende neste texto é que o uso da terra, de maneira patrimonialista, produziu uma lógica de se ocupar o território. Da mesma forma que se instalaram os imigrantes, ocupa-se agora a hinterlândia, promovendo a construção de espaços, que antes pertenciam à rizicultura e, no tempo presente, são destinados à moradia e a produção econômica.

O problema se configura nesta lógica de ocupar é a manutenção de uma visão individualista. O sujeito apropria-se, legitimamente, de todos os recursos naturais, porém, ele ignora as necessidades de pensar o bem comum. Um dos problemas é que as novas construções, no processo de expansão habitacional, dar-se-ão em áreas que já foram riachos, ou canais para aproveitamento da rizicultura. Os canais desaparecem, e como fica o curso da água? Não é apenas a ocupação, mas reterritorializar um cenário de ocupação rural que agora é outro espaço, que se urbanizou sem planejamento adequado às necessidades do tempo presente.

Figura 3

Via projetada R117, Centro



Fonte: acervo do pesquisador (2021).

A Figura 3 retrata bem o problema que o texto apresenta. Há um contraste, de um lado a produção agrícola estrangulada com a abertura de uma via, no outro, as casas, que marcam um novo urbano sobre o espaço de agro produção. A rua retratada é a Via Projetada R117, aberta em uma área de rizicultura, que agora dá lugar a inúmeras casas. Este não é um caso isolado. A construção da rua previu a implantação da rede de água e esgoto, mas além desta, não outra ação de planejamento. Os canais da rizicultura foram desviados grosseiramente com o “barro vermelho”, mostrado no lado esquerdo da foto.

Figura 4

Loteamento Kruger, Benjamim Constant



Fonte: acervo do pesquisador (2022).

A Figura 4 mostra o processo de reterritorialização na área urbana, para além do Centro do município. O loteamento foi construído numa área que antes era ocupada por um açude que abastecia plantações de arroz. Um movimento que altera, além dos canais, a lógica de pensar o uso da água, seja nas plantações, seja para consumo humano. O espaço passou por terraplanagem e agora transformou-se o açude em lugar de habitação.

Toca-se aqui na questão da água. O uso adequado dos recursos naturais é uma questão social e comum, e não uma questão patrimonialista, ou individualista. Ao transformar o entorno urbano em um espaço de expansão, sem a validação de órgãos reguladores, ou pela sua frouxidão, corre-se o risco de promover cenários catastróficos.

Como já citado, Santa Catarina vive um cenário de intensidade de fenômenos climáticos. É um quadro com mudanças climáticas e eventos extremos, e, simultaneamente vive-se um crescimento urbano. E quando acontece sem olhar socioambiental, é o caminho para potencializar uma série de desastres, como já ocorridos no estado, como apontam Aumond & Bacca (2012). O que se vê como itinerário para supressão de possíveis problemas, são as propostas do *Plano Diretor* (2020). Porém, é uma discussão que carece de maior profundidade, principalmente no que tange a área de supressão da rizicultura e como ela será ocupada.

Considerando que historicamente a constituição de Massaranduba, pelo menos, nas áreas planas próximas ao centro urbano, a primeira reterritorialização provocada pelos



ocupantes da terra foi a construção da rizicultura e longos canais de abastecimento de água, conforme Hilbert (2019) e Sanches (2022) apontam. Eventos climáticos extremados, como sugerido por Aumond & Bacca (2012) poderiam, em tese, provocar cheias e inundações ou a ausência do abastecimento de água, em tempos de escassez. O recurso hídrico foi ocupado, de acordo com Hilbert (2019) sem uma preocupação resiliente. E as figuras, apontadas, mostram que uma nova reterritorialização acontece sem a cautela necessária. Criam-se loteamentos sem um sistema adequado de drenagem de água, por exemplo, e os documentos oficiais não legislam sobre os antigos canais de rizicultura. Não é intenção do texto mapear as consequências da mudança climática, mas sim, apontar que diante do quadro de mudanças a legislação é omissa.

Outro problema, no processo de ocupação, é que a expansão urbana, primeiro acontece e depois disso surgem os procedimentos legais para adequar a legislação às condições ambientais. Até a *Constituição Federal de 1988* (2016), a produção agrícola e a ocupação urbana, não enfrentavam grandes obstáculos ou restrições de caráter legal-ambiental. Como a especulação imobiliária também não enfrenta. Há uma multiplicidade de vetores sobre a constituição da expansão dos espaços urbanos.

Se a história de Massaranduba mostrou que o manejo hídrico em função da rizicultura foi pautado no senso comum, a reterritorialização deste espaço também o é no tempo presente. Uma questão que poderia se colocar é, qual o papel, ou qual é a presença do estado diante dos processos de expansão urbana? Ou ainda, como propor um ordenamento jurídico que visualize a expansão urbana, num contexto de mudanças climáticas, de maneira a não agredir o meio ambiente e preservar a integridade dos cidadãos?

O crescimento urbano e as mudanças climáticas são fenômenos ligados. O que se percebe, não só em Massaranduba, é que a expansão da área urbana acontece em áreas sensíveis e vulneráveis, como a presença e intervenção mínima do estado. Os riscos são maximizados a partir do momento que a concentração populacional produz uma população mais vulnerável e pobre. O que deixa claro, como problema, é como os espaços urbanos são estruturados numa economia pautada pela lógica do capital e do consumo.

Diante das questões, uma saída estrutural seria a regulamentação da ocupação do solo através do *Estatuto da Cidade* (Brasil, 2001), evidenciando diretrizes para o bem comum. Uma quebra paradigmática para as condições dadas até a *Constituição Federal* de 1988. Parte-se da ocupação e o uso do solo como solução individual para se pensar a comunidade que está reterritorializando um espaço.

O *Estatuto* é um instrumento político que visualiza o desenvolvimento urbano, sem perder de vista, as funções sociais da propriedade. Uma perspectiva jurídica e teórica que geraria instrumentos locais a fim de minimizar áreas de vulnerabilidade e proporcionar maior resiliência frente as mudanças climáticas. Se ele assim o é, por que ainda acontecem a



expansão urbana em áreas problemáticas? Uma coisa é a ferramenta, e a outra, a distância da aplicação local da ferramenta.

O quadro de transformações que deveria caminhar para duas ações são a mitigação e a adaptação. As multiplicidades que atravessam um município de pequeno porte, como Massaranduba, poderiam servir de exemplo, e, em simultâneo, proporcionar um espaço de reterritorialização mais eficiente que espaços de maior concentração populacional. Mas é um discurso que está no campo da possibilidade, diante de condições politicamente tímidas.

Considerações finais

O desenvolvimento regional foi anunciado na abertura da reflexão, e por algumas páginas ele ficou suspenso explicitamente, mas esteve implícito em cada parágrafo. A complexidade regional não se encerra em temática única, abordou-se um cenário localizado, no caso Massaranduba, com a intenção de evidenciar uma perspectiva sistêmica. Um possível diálogo entre a realidade circundante de Massaranduba com a multiplicidade de forças através do campo relacional das muitas coisas que ali acontecem.

Diante das possibilidades de diálogo com o desenvolvimento regional, buscou-se apontar as consequências do crescimento urbano sobre o território rural, diante do quadro de mudanças climáticas, a partir do exemplo de Massaranduba. Duas condições foram refletidas. A primeira, em um cenário pessimista, a ocupação sem planejamento urbano adequado ocasionará inúmeros problemas, como a concentração populacional; a transformação sistêmica no espaço rural, e diante do quadro de mudanças climáticas, a potencialização de desastres.

Como caminho de transformação, num cenário mais otimista, aponta-se a necessidade da mobilização de políticas públicas de participação popular como itinerário. E neste cenário é que se busca apontar algumas contribuições cartográficas para rever o quadro de reterritorialização. Elas passam por dois caminhos, pela mobilização de políticas públicas. e pela educação da vida em comunidade.

O município de Massaranduba avançou com políticas públicas ao estruturar o *Estatuto da Cidade*, entretanto, poder-se-ia desenvolver uma maior cooperação entre os atores sociais envolvidos. A questão da expansão urbana, e do uso da água, são vetores de múltiplos interesses. O envolvimento maior e mais eficaz, poderia acontecer através da criação de instâncias de cogestão, envolvendo os interesses da agro produção familiar, da expansão urbana e prevendo políticas de mitigação e prevenção aos impactos das mudanças climáticas.

O segundo caminho de propostas passa pelo itinerário educacional, seja através da educação formal ou caminhos de envolvimento populacional para discutir a responsabilidade ecossocial de todos os atores envolvidos. A multiplicidade dos acontecimentos não é de



responsabilidade apenas de alguns entes, mas de toda a comunidade. Educar para quê? Como já dito, a mobilização de responsabilidade ecossocial e do reconhecimento das consequências dos desastres, causados pelo quadro de mudanças climáticas, dada as condições extremas já vivenciadas em Santa Catarina.

As propostas podem sugerir um caminho utópico, falar em participação pública e educação, porém, se não for feito, as chances de se reproduzir eventos com desastres impactantes tornar-se-ão crescentes. Em suma, recomenda-se, políticas públicas de envolvimento e um quadro educativo mais eficaz.

Referências

- Adami, L. S., & Rosa, T. (2004). Terra generosa: História de Massaranduba. S&T.
- Anjos, F. S. dos. (1996). A agricultura familiar em transformação: O caso dos colonos-operários de Massaranduba (SC). UFPEL/Editora Universitária.
- Aumond, J. J., & Bacca, L. E. (2012). A tragédia geoclimática catarinense: A paisagem como fundamento para a gestão pública. Em SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. FERNANDES, Valdir (orgs.). Gestão de natureza pública e sustentabilidade. (p. 733–747). Manole.
- Aumond, J. J., & Silva, H. dos S. (2018). Desastres ambientais resultantes das Mudanças Climáticas e a resiliência evolutiva após o evento de 2008 no Vale do Itajaí (SC). Em MATTEDI, Marcos. Ludwing, Leaandro; AVLIA, Maria Roseli Rossi (orgs.). Desastre de 2008+10 Vale do Itajaí: Água, gente e política - Aprendizados (p. 43–76). Edifurb.
- Lei n. 10.257 de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos n. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, Lei 10.257, Presidência da República, Casa Civil, Estatuto das cidades (2001).



- Brasil. (2016). Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de revisão n. 1 a 6/94, Emendas Constitucionais de revisão n. 1 /92 a 95/2016 e pelo Decreto Legislativo n. 186/2008. Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas.
- Brenner, N. (2017). Critique of urbanization: Selected essays. Bauverlag; Birkhäuser.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (2010). O que é a filosofia? (3º ed). Editora 34.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (2011). Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia 2 (2º ed, Vol. 1). Editora 34.
- IBGE, & Coordenação, de P. e I. S. (2017). Pesquisa de Informações Básicas Municipais: Perfil dos municípios brasileiros: 2017. IBGE.
- IPCC, I. P. on C. C. (2022). Climate Change 2022: Impacts, adaptation, and vulnerability. Cambridge University Press.
https://report.ipcc.ch/ar6/wg2/IPCC_AR6_WGII_FullReport.pdf
- Lei complementar n. 142, de 11 de fevereiro de 2020. Institui o Plano Diretor Participativo do município de Massaranduba e dá outras providências., nº Lei Complementar n. 142, Poder Executivo (2020).
- Oliveira, D. L. de. (1997). Por um pedaço de terra “Luís Alves”: Sua colonização a partir de 1877. Editora da UNIVALI.



Pinsky, V. C., Kruglianskas, I., Gomes, C. M., & Rezaee, A. (2019). Sustainability research: A grounded theory approach in the field of climate change. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, 8(3), Art. 3. <https://doi.org/10.5585/geas.v8i3.15766>

Randolph, R. (2013). Em busca de uma agenda para o Planejamento Urbano e Regional: Uma homenagem a Ana Clara Torres Ribeiro. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 15(1), Art. 1. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2013v15n1p11>

Saquet, M. A. (2008). Por uma abordagem territorial. Em Saquet, Marcos Aurelio Saquet; Sposito, Eliseu Savério (org) *In Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos* (LEV; p. 73–84). Expressão Popular; PDF.

SEBRAE, S. B. de A. as M. e P. E. (2010). Santa Catarina em números: Massaranduba. SEBRAE/SC.

Zourabichvili, F. (2009). O vocabulário de Deleuze. Relume Dumará.